

TOMADA DE PREÇOS Nº 020/2016

PROCESSO Nº 243/2016

INÍCIO: : 15/08/2016

ENCERRAMENTO : 31/08/2016

HORAS: : 09:00 horas

Convidamos V.Sª a apresentar preço para o(s) item (s) do formulário de proposta anexo, a fim de participar da licitação MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com o que preceitua a Lei nº 8666 de 21/06/1993, com as alterações promovidas pelas Leis nº 8883 de 08/06/1994, e 9648 de 27/05/1998 (denominadas neste edital simplesmente de Legislação de Licitações), e as condições deste edital.

Na Sala do Serviço de Licitações, Av. Celidônio Neto nº 698 - Agudos - SP.

Entrega dos Envelopes Documentação e Proposta: até às 09:00 horas do dia 31/08/2016

Abertura dos Envelopes Documentação e Proposta: às 09:00 horas do dia 31/08/2016

Integram este edital: Modelo da Declaração de regularidade perante o Ministério do Trabalho e Formulário de Proposta.

1. DO OBJETO

O objeto da presente Tomada de Preços é a aquisição de aparelhos de ar condicionado devidamente instalados para as Unidades Básicas de Saúde do Município

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação as empresas que se enquadrem no ramo de atividade pertinente ao objeto da Tomada de Preços e atendam as condições exigidas neste edital.

2.2. Ficam impedidas de participar desta licitação as empresas declaradas inidôneas de acordo com o previsto no inciso IV do artigo 87 da Legislação de Licitações e que não tenha a sua idoneidade restabelecida; que estejam com falência decretada; ou consorciada.

3. DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL

3.1. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1.1. A Documentação e a Proposta Comercial deverão ser entregues até às 09:00 horas do dia 31/08/2016, e apresentados em envelopes distintos, numerados 01 e 02, respectivamente, fechados e intactos pela empresa licitante, na Sala do Serviço de Licitações, e contendo, obrigatoriamente, as seguintes identificações externas:

3.1.1.1. Para o envelope nº 01

3.1.1.1.1. "Tomada de Preços nº 020/2016"

3.1.1.1.2. Nome ou razão social da empresa

3.1.1.1.3. "ENVELOPE Nº 01"

3.1.1.1.4. "DOCUMENTAÇÃO"

3.1.1.2. Para o envelope nº 02

3.1.1.2.1. "Tomada de Preços nº 020/2016"

3.1.1.2.2. Nome ou razão social da empresa

3.1.1.2.3. "ENVELOPE Nº 02"

3.1.1.2.4. "PROPOSTA COMERCIAL"

3.1.2. ***Observações:***

3.1.2.1. o objetivo das legendas externas é identificar o tipo de licitação, a empresa participante e o conteúdo do envelope, sendo que as empresas que apresentarem envelope que omita qualquer uma das identificações exigidas nos itens 3.1.1.1 e 3.1.1.2 e respectivos subitens, será automaticamente desconsiderada para efeitos de participação.

3.1.2.2. **favor** constar rubrica ou assinatura ou visto ou carimbo no fecho dos envelopes, à fim de salvaguardar a inviolabilidade dos mesmos até sua abertura.

3.2. DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO

3.2.1. O ENVELOPE Nº 01 "Documentação" conterá os documentos constantes abaixo, que serão conferidos e analisados pela Comissão Permanente de Licitações.

3.2.1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

3.2.1.1.1. Cédula de identidade dos proprietários;

3.3.1.1.2. Para cada caso:

3.3.1.1.2.1. Empresa individual: Registro Comercial

3.3.1.1.2.2. Sociedade comercial: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.

3.3.1.1.2.3. Sociedade por ações: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

3.3.1.1.2.4. Sociedade Civil: Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

3.3.1.1.2.5. Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País: Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

3.2.1.2. DA REGULARIDADE FISCAL

3.2.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) ou substituto (CNPJ).

3.2.1.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

3.2.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de Tributos Federais e Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, expedidos, respectivamente, pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional), Estadual e Municipal (tributos mobiliários) do domicílio ou da sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei. Não constando o prazo de validade, será aceito documento emitido até 90 (noventa) dias corridos imediatamente anteriores à data de sua apresentação

3.2.1.2.4. Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

3.2.1.2.5. Declaração de Regularidade com o Ministério do Trabalho

3.2.1.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.2.1.3.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não constando o prazo de validade, será aceito documento emitido até 90 (noventa) dias corridos imediatamente anteriores à data de sua apresentação.

3.2.2. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou por processo de cópia (exceto fax) autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, ou publicação em órgão oficial da imprensa oficial.

3.2.3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

3.2.3.1. Poderão participar da presente licitação as empresas no ramo pertinente ao objeto da presente licitação, vedada a participação de consórcios ou grupos de firmas.

3.2.3.2. O representante legal da empresa deverá antes da entrega dos envelopes de documentação e proposta, identificar-se, apresentando ao Presidente da Comissão, Carteira de Identidade e Prova de Titularidade da empresa.

3.2.3.3. Se a empresa enviar representante que não seja sócio, gerente ou diretor, faz-se necessário o credenciamento por procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida em cartório, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para praticar todos os atos no interesse da mesma junto a quaisquer órgãos públicos, ou ainda, com fins específicos para representação em todos os termos da presente licitação.

3.2.3.4. Só terão direito de usar a palavra, rubricar, ter acesso à documentação e às propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar a ata, representantes legais dos concorrentes habilitados para o ato e os membros da Comissão de Licitação.

3.2.3.5. A participação de representante da empresa não credenciado, na forma deste Edital não implica na inabilitação da mesma, mas impede o representante de discordar ou de se manifestar contra as decisões tomadas pela Comissão, bem como do acesso aos documentos durante a sessão de abertura dos envelopes.

3.2.3.6. O não comparecimento de qualquer dos participantes na reunião em que serão recebidos os envelopes de documentação de habilitação e proposta de preços, não impedirá que ela se realize.

3.2.3.7. Não será permitida a participação de empresas que tenham sócios ou empregados que sejam funcionários da Prefeitura Municipal de Agudos/SP.

3.2.3.8. A participação do licitante a este procedimento licitacional implicará em expressa concordância aos termos deste Edital, ressalvando-se o direito recursal.

3.2.3.9. As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do art. 72 da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações dadas pela Lei Complementar nº 147/20144 e devido à necessidade de identificação pela Comissão Permanente de Licitação, deverão credenciar-se acrescidas das expressões "ME" ou "EPP" à sua firma ou denominação e apresentar a DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, assinada pelo seu proprietário ou sócios.

3.2.3.9.1. A Declaração supracitada deverá ser apresentada fora do envelope de documentação e proposta, a qual deverá ser entregue ao Presidente da Comissão de Licitação para que a empresa usufrua dos privilégios da Lei nº123/06 e suas alterações dadas pela Lei Complementar nº 147/20144.

3.2.3.9.2. O credenciamento do licitante como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) somente será procedida pelo Presidente da Comissão se o interessado comprovar tal situação jurídica através da declaração supracitada.

3.2.3.9.3. A responsabilidade pela comprovação de enquadramento como "ME" e "EPP" competem as empresas licitantes, representadas por seu proprietário ou sócios, se sujeitam a todas as conseqüências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

3.2.3.9.4. A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº123, caracteriza o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista no edital.

3.2.3.10. As licitantes que comprovarem o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações dadas pela Lei Complementar nº 147/2014, terão tratamento diferenciado das demais, consoante disposições constantes nos arts. 42 a 45 do mesmo diploma legal.

3.2.3.10.1. As Microempresas e empresas de pequeno porte, mesmo que contenham alguma restrição documental FISCAL, deverão apresentar todos os documentos exigidos no edital.

3.2.3.10.2. Havendo alguma restrição na comprovação da REGULARIDADE FISCAL, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, (a pedido da empresa interessada), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.2.3.10.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações dadas pela Lei Complementar nº 147/2014, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/03, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.2.3.10.4. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.2.3.10.5. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez) por cento superiores à proposta mais bem classificada.

3.2.3.11. Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações dadas pela Lei Complementar nº 147/2014 ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

3.2.3.11.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte, mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

3.2.3.11.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

3.2.3.11.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

3.2.3.11.4. A microempresa e/ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar sua nova proposta por escrito, assinada pelo seu representante legal, vedada proposta oral.

3.2.3.11.5. Só poderá ofertar nova proposta de preço a microempresa e/ou empresa de pequeno porte que estiver presente, através de seu representante legal, no momento da abertura da licitação.

3.2.3.11.6. Caso o representante legal da microempresa e/ou empresa de pequeno porte não esteja presente durante o certame, a Comissão Permanente de Licitação dará continuidade à sessão, decaindo o direito da licitante de apresentar nova proposta.

3.2.3.11.7. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no "caput" do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações dadas pela Lei Complementar nº 147/2014, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

3.2.3.11.8. O critério de desempate previsto no item 9.4. do presente edital, em conformidade com o disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações dadas pela Lei Complementar nº 147/2014, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte

3.2. DO ENVELOPE PROPOSTA COMERCIAL

3.2.1. A Comissão Permanente de Licitações fornecerá a cada licitante, formulário de proposta que poderá ser utilizado pelo proponente ou transcrito em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras, entrelinhas, ressalvas, borrões e contendo todos os dados solicitados no item 3.3.2 e respectivos subitens.

3.2.2. O ENVELOPE Nº 02 "Proposta Comercial" conterá a PROPOSTA COMERCIAL que será apresentada em uma via, que o licitante preencherá preferencialmente por meio mecânico, da qual constará, obrigatoriamente:

- 3.2.2.1 TOMADA DE PREÇOS N.º 020/2016
- 3.2.2.2 PROPOSTA
- 3.2.2.3 Razão social ou nome do proponente
- 3.2.2.4 Endereço
- 3.2.2.5 CNPJ
- 3.2.2.6 Telefone
- 3.2.2.7 Prazo de Validade da Proposta (mínimo de 30 dias)
- 3.2.2.8 Condições de Pagamento
- 3.2.2.9 Condições de entrega
- 3.2.2.10 Declaração
- 3.2.2.11 Item
- 3.2.2.12 Quantidade
- 3.2.2.13 Unidade
- 3.2.2.14 Especificações
- 3.2.2.15 Marca
- 3.2.2.16 Preço unitário
- 3.2.2.17 Preço Total
- 3.2.2.18 Valor global da proposta

- 3.2.2.19 Data e assinatura
- 3.2.2.20 Nome do representante legal
- 3.2.2.21 Identidade

- 3.2.3. A omissão de qualquer informação ou condição exigida no item 3.2.2 e respectivos subitens importará na desclassificação automática da proposta comercial da empresa proponente.
- 3.2.4. Deverão, obrigatoriamente, ser computados no preço todos os tributos e impostos incidentes sobre o material, bem como o custo de todo o transporte a ser realizado, correndo toda operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa.

4. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

- 4.2. A presente Tomada de Preços será processada de acordo com o estabelecido no artigo nº 43 da Legislação de Licitações.

4.3. Da abertura dos envelopes Documentação

- 4.3.2. No dia, local e hora designados no preâmbulo deste Edital, na presença dos licitantes ou seus representantes que comparecerem e demais pessoas que quiserem assistir ao ato, a Comissão Julgadora da Licitação iniciará os trabalhos, examinando os envelopes "Documentação", os quais serão rubricados pelos seus componentes e representantes presentes, procedendo a seguir a sua abertura.
- 4.3.3. Uma vez abertos os envelopes, não será admitida qualquer providência posterior para a troca ou juntada de documentos apresentados, com exceção de documentos cuja validade tenha vencido após a data de abertura deste procedimento licitatório, e que possam ser verificados os mesmos por intermédio da Internet.
- 4.3.4. Os documentos serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão Julgadora de Licitação, bem como os proponentes ou seus representantes presentes, proferindo-se o resultado, declarando o licitante habilitado ou não.
- 4.3.5. Sendo o participante considerado inabilitado, o seu envelope nº 02 ser-lhe-á devolvido sem abertura, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.
- 4.3.6. Não havendo impugnações quanto a habilitação e diante da desistência expressa do recurso legal por todos os concorrentes habilitados, conforme preceitua o artigo 43, inciso III, da Legislação de Licitações, a Comissão passará incontineente a abertura do envelope nº 02, contendo a Proposta Comercial, o qual será analisado e rubricado pelos presentes.
- 4.3.7. Ao contrário, havendo impugnações que não puderem ser solucionadas no momento, a Comissão suspenderá a sessão para análise e julgamento, seguida de posterior comunicação da decisão.
- 4.3.8. Das decisões de habilitação ou inabilitação, cabe recurso com efeito suspensivo, dirigido ao Senhor Prefeito Municipal, a ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da lavratura da ata ou da intimação do ato.
- 4.3.9. Os recursos, eventualmente interpostos, obedecerão os prazos e as regras citadas pelo Artigo 109, incisos e parágrafos da Legislação de Licitações.
- 4.3.10. De tudo, lavrar-se-á Ata Circunstanciada que será lida e assinada por todos os presentes.

4.4. Critérios para Julgamento da Proposta Comercial.

- 4.3.1 Não serão levadas em consideração vantagens não previstas neste Edital, nem as Propostas que oferecerem redução com base na Proposta de menor valor.
- 4.3.2. Serão desclassificadas as propostas:
 - 4.3.2.1 Que não estiverem de acordo com o artigo 48 da Legislação de Licitações.
 - 4.3.2.2 Que não obedecerem as condições estabelecidas no Edital.

- 4.3.2.3. Cujas especificações do material proposto diferir da solicitada pela Prefeitura Municipal de Agudos.
- 4.3.3. Da Classificação
 - 4.3.3.1. A classificação será realizada pela ordem crescente do valor GLOBAL ofertados, sagrando-se vencedora a que tiver proposto o menor valor.
 - 4.3.3.2. Havendo empate entre 02 (duas) ou mais propostas o desempate ocorrerá por sorteio em sessão pública.
- 5. DA FORMA DE PAGAMENTO
 - 5.1. O pagamento será efetuado à vista, após a entrega.
- 6. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA
 - 6.3. A entrega e instalação dos equipamentos deverá ocorrer no máximo em 30 dias após o empenho, nos postos de saúde do município, sendo: Centro de Saúde II "Dr. Jacob Casseb"; PSF "Dr. Alfredo Paraíso Galvão"; PSF "Moussa Tobias"; PS "Jão Damásio Machado", PS "Vereador Michel Ayub" e no Centro Integrado de Saúde.
- 7. DAS PENALIDADES
 - 7.3. Aos proponentes poderão ser aplicadas as sanções legais a saber, no caso de infringir quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento:
 - 7.3.3. multa de 10% (dez por cento) do valor total deste instrumento de contrato, cumulativa com:
 - 7.3.3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02(dois) anos; ou,
 - 7.3.3.3. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
 - 8.3. A Comissão Permanente de Licitações prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados em participar da licitação, estando disponível de segunda à sexta-feira, das 8 às 18 horas, na Sala do Serviço de Administração e Licitações.
 - 8.4. A presente licitação será regida pela Lei nº 8666 de 21/06/1993, com as alterações promovidas pelas Leis nº 8883 de 08/06/1994, e 9648 de 27/05/1998 (Legislação de Licitações)
 - 8.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Comissão de Licitações, ouvidos os demais Membros.
 - 8.6. As despesas decorrentes com a presente licitação ocorrerão à conta de dotação orçamentária: 82 – 4490.52.34
 - 8.7. Estima-se o valor global desta licitação R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais)
 - 8.8. A Prefeitura Municipal de Agudos revogará ou anulará esta licitação no seu todo ou em parte, nos termos do artigo 49 da Legislação de Licitações.
 - 8.9. Para dirimir qualquer dúvida decorrente deste certame, fica eleito o Foro da Comarca de Agudos, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Agudos, 15 de agosto de 2016.

Everton Octaviani
Prefeito

ANEXO I – FORMULÁRIO DE PROPOSTA

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

3.2.2.1: TOMADA DE PREÇOS Nº 020/2016

3.2.2.2: PROPOSTA

3.2.2.3: Razão Social do Proponente: _____

3.2.2.4: Rua/Av.: _____ nº _____ Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____

3.2.2.5: CNPJ: _____ 3.2.2.6: TELEFONE: _____

Pela presente declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei nº 8666 de 21/06/1993, com as alterações promovidas pelas Leis nº 8883 de 08/06/1994, e 9648 de 27/05/1998, e às cláusulas e condições deste edital.

3.2.2.7: O prazo de validade desta proposta/preços é de 30 dias corridos contados desta data.

3.2.2.8: Condições de pagamento: o fixado pela Prefeitura, ou seja, à vista após a entrega.

3.2.2.9: Condições de Entrega: A entrega e instalação dos equipamentos deverá ocorrer no máximo em 30 dias após o empenho, nos posto de saúde do município, sendo: Centro de Saúde II "Dr. Jacob Casseb"; PSF "Dr. Alfredo Paraíso Galvão"; PSF "Moussa Tobias"; PS "Jão Damásio Machado", PS "Vereador Michel Ayub" e no Centro Integrado de Saúde

3.2.2.10: Cotamos para fornecimento dos equipamentos abaixo, para a Secretaria de Saúde os seguintes produtos e respectivos valores:

3.2.2.11 Item	3.2.2.12 Qtde.	3.2.2.13 Un.	3.2.2.14.: Materiais	3.2.2.15: Marca	3.2.2.16: Valor Unitário	3.2.2.17.: Valor Total
01	38	UNID.	Ar Condicionado Split Hi Wall 9000 btus; Frio ;220V; com instalação			
02	2	UNID.	Ar Condicionado Split Hi Wall 9000 btus; Quente e frio; 220V; com instalação			
03	6	UNID.	Ar Condicionado Split Hi Wall 12000 btus; Frio; 220V; com instalação			
04	1	UNID.	Ar Condicionado Split Hi Wall 18000 btus; Frio; 220V; com instalação			
05	1	UNID.	Ar Condicionado Split Hi Wall 18000 btus; Quente e frio; 220V; com instalação			
06	2	UNID.	Ar Condicionado Split; Piso Teto 60000 btus; Frio; 220V; com instalação			

3.2.2.18 VALOR GLOBAL DA PROPOSTA.....R\$	
--	--

3.2.2.19: _____, _____ de _____ de 2016. _____

Assinatura do representante legal

3.2.2.20: Nome do representante legal: _____

3.2.2.21: Identidade: _____

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO
DECRETO N.º 4.358 DE 05 DE SETEMBRO DE 2002

DECLARAÇÃO

Ref.:Tomada de Preços n.º 020/2016.

_____, inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, e do CPF n.º _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos.

*Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, ____ de _____ de 2016.

representante legal

CARIMBO DO CNPJ

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ expedida pela SSP/____ e de CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no Edital da Tomada de Preços 009/2013, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações dadas pela Lei Complementar nº 147/2014;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da lei Complementar nº 123/12006 e suas alterações dadas pela Lei Complementar nº 147/2014.

DECLARA ainda que a empresa esteja excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações dadas pela Lei Complementar nº 147/2014.

(localidade)_____, de _____ de ____.

(Representante Legal)

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um "X", ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante, e deverá ser apresentada fora do envelope de documentação e proposta, a qual deverá ser entregue ao Presidente da Comissão de Licitação para que a empresa usufrua dos privilégios da Lei nº123/06 e suas alterações dadas pela Lei Complementar nº 147/2014.